Papel a cumprir

Cabe ao produtor um programa de racionalização administrativa e de redução de custos para sobreviver aos novos tempos

FRANCISCO OURIQUE E
REGIS ALIMANDRO



Em 1996, em Comandatuba, Bahia, durante o 5º Encafé, a Abic reuniu por alguns dias 40 dos maiores especialistas brasileiros em economia cafeeira, vários deles presentes nesta edição.

Na época, a economia cafeeira ainda estava bastante debilitada pelo último ciclo de preços baixos – 1989 a 1993 – e pelos efeitos das geadas e da seca de 1994.

A produção brasileira estava muito próxima à média da primeira metade dos anos 90, entre 20 e 26 milhões de sacas. A receita cambial já se havia recuperado em relação aos valores alcançados nos primeiros anos da década e os preços internacionais já estavam em patamar bem superior aos que caracterizaram o ciclo baixista.

O CDPC, ainda em organização, estava a poucos meses de sua instalação. O Brasil não tinha uma política comercial para o café. O financiamento da atividade produtiva era escasso, caro e não obedecia a uma freqüência temporal compatível com a seqüência de atividades produtivas e comerciais, características do ano-safra. A lavoura estava imobilizada por uma dívida que havia sido muito bem nutrida por sucessivos planos econômicos governamentais.

Desde a extinção do IBC, em 1990, não existiam as estatísticas básicas da economia cafeeira. Em conseqüência, o Brasil não sabia quanto produzia, quanto consumia ou quanto café tinha em estoque. A bem da verdade e a despeito dos esforços do consórcio de pesquisas liderado pela Embrapa, essas perguntas permanecem ainda sem respostas precisas.



Em contrapartida, o Funcafé havia sido preservado e discutia-se acaloradamente como seus recursos poderiam ser mais bem mobilizados em favor da economia cafeeira.

A agenda da reunião da Abic pode ser resumida em uma pergunta: como o Brasil poderia recuperar sua importância recém-perdida na economia cafeeira mundial?

Para encaminhar o debate, foram propostas algumas metas:

- o Brasil precisaria alcançar safras médias anuais de 35 milhões de sacas;
- este seria o nível produtivo adequado para que o consumo interno pudesse se expandir para 15 milhões de sacas – meta então recém-lançada pela Abic – e para que o Brasil pudesse suprir cerca de 28% do comércio internacional.

Desde a reunião de Comandatuba, muita água rolou por baixo da ponte. O CDPC foi instituído ainda em 1996 e vem funcionando, possivelmente não como a maioria dos participantes da reunião da Abic desejava. De qualquer forma, é a instância deliberativa da política comercial de economia do café.

A dívida não securitizada foi objeto de alongamento. Os leilões do estoque do tesouro e do Funcafé tornaram-se rotina. Os recursos do Funcafé foram mobilizados principalmente para financiamentos da atividade produtiva e do comércio e, mais recentemente, também para a esfera comercial.

Do ponto de vista institucional, avançou-se bastante nestes dois anos. Porém ainda muito longe de implantar um sistema de financiamento capaz de alongar temporalmente a entrada da safra no

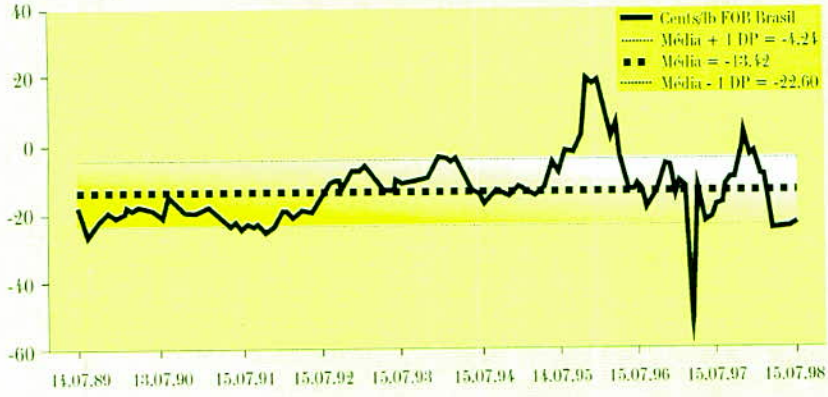
Brasil – exportações de café para todos os destinos

	Quantidade 1.000 sc	*Preço médio US$/sc*	*Período jan.-set.*	*Quantidade 1.000 sc*	*Preço médio US$/sc*
1991	21.101.027	74,55	1991	14.355.197	77,15
1992	18.804.919	58,35	1992	14.392.172	59,96
1993	17.840.390	68,12	1993	12.688.304	64,28
1994	17.253.259	146,96	1994	11.918.822	123,26
1995	14.499.602	167,15	1995	11.218.734	171,70
1996	15.266.472	136,97	1996	9.494.255	141,95
1997	16.757.506	184,52	1997	12.717.775	183,36
			1998	12.292.954	154,41

Fonte: Febec.

Diferencial: Brasil arábica x "C"

Médias quinzenais: 1º/julho 89 a 1º/outubro 98



Baseado no diferencial negociado e/ou oferecido na praça de Nova York, para embarque "prompt", da qualidade do café denominado "fully described Santos 4" - ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 14/10/98

Fonte: Banco de Dados da Febec e informações do "Complete Coffee Coverage"

mercado, para evitar as pressões baixistas decorrentes da realização de uma nova colheita, entre outros programas setoriais de igual importância.

Meta alcançada

Das metas fixadas em Comandatuba, uma foi alcançada mais rapidamente do que muitos acreditavam. O Brasil já tem um parque produtivo capaz de assegurar safras médias de 35 milhões de sacas. Acredita-se que o país tenha 4,1 bilhões de pés plantados, capazes de produzir anualmente entre 25 e 45 milhões de sacas.

Conforme a última estimativa do consórcio liderado pela Embrapa, a colheita de 1998 alcançou 33,95 milhões de sacas. A ampliação da capacidade produtiva brasileira, pelo menos no curto prazo, vem sendo bem absorvida pelo mercado, até porque em parte foi compensada pela redução havida em outros países. À custa de forte redução do preço relativo do café brasileiro frente a seus concorrentes, o país tem conseguido exportar cerca de 1,95 milhão de sacas/mês, desde o início da última colheita.

O quadro estatístico de ano-safra em 1998/99 não é preocupante. O consumo interno está na casa dos 12,5 milhões de sacas; a indústria do solúvel, tradicionalmente, absorve cerca de 2,5 milhões. Com exportações de café verde entre 15 e 17 milhões de sacas, conforme as projeções correntes indicam, a produção de 98 estará praticamente esgotada.

Para a próxima safra, ainda não há informações mais precisas. Porém, dado o caráter cíclico da produção de café – num ano o cafezal veste o dono, no outro se veste – a produção deve declinar, a despeito da entrada em produção das áreas plantadas até 1996.

O desafio está marcado para o ano-safra 2000-01. Lá, o Brasil terá, outra vez, uma produtividade maior e estarão em produção todas as áreas plantadas até 1997. Coincidentemente, estão também previstas para o ano 2000 a recuperação da produção colombiana e a plena produção do parque cafeeiro do Vietnã.

A mobilização de aparato institucional, no Brasil e no exterior, capaz de disciplinar a oferta externa de café não é alternativa viável. Não há tempo hábil à sua implementação e a idéia parece estar na contramão da história.

O Brasil já tem um parque produtivo capaz de assegurar safras médias de 35 milhões de sacas. Acredita-se que o país tenha 4,1 bilhões de pés plantados, capazes de produzir anualmente entre 25 e 45 milhões de sacas.

Cabe, portanto, às autoridades a urgente tarefa de reduzir os custos da informação, de desonerar a carga fiscal incidente principalmente na comercialização de café e de desenvolver, em associação com a iniciativa privada, sistemas de comercialização que facilitem o carrego voluntário de estoques e a transferência dos riscos da comercialização.

Como tudo isso, ao menos no curto prazo, é sonho, cabe de fato ao produtor, cada um por si, executar intenso programa de racionalização administrativa e de redução de custos de produção para sobreviver aos novos tempos que parecem se avizinhar.

Francisco Ourique é economista e consultor na FGV. Régis Alimandro é redator-chefe de AGROANALYSIS. E-mails: ourique@ibm.net e regis@fgv.br